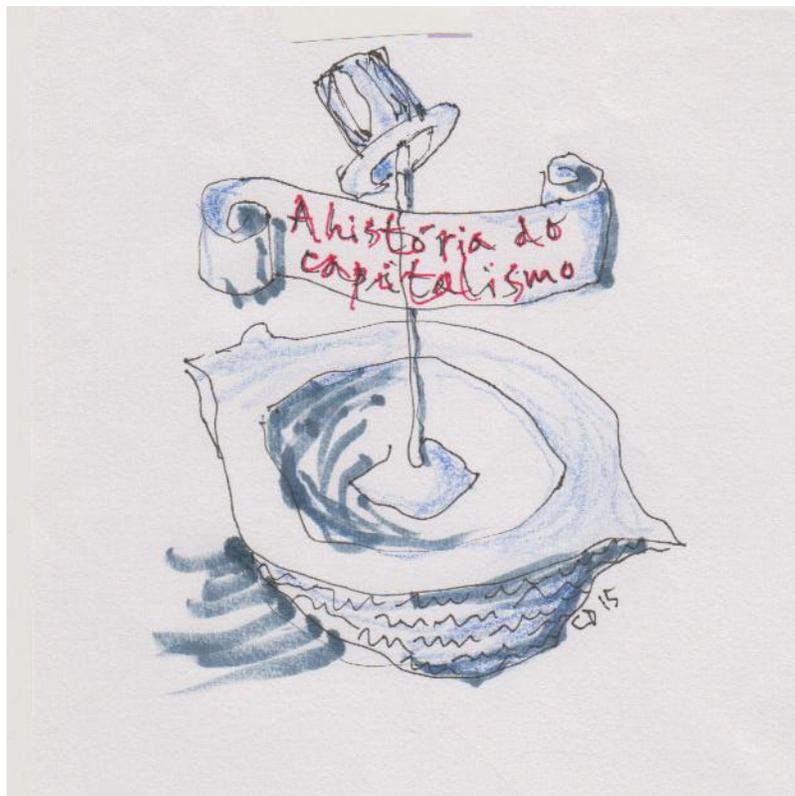


# A HISTÓRIA DO CAPITALISMO NUMA CASCA DE NOZ



Csaba Deák  
2015

*A gênese do capitalismo*  
*Generalização da forma-mercadoria*  
*Reprodução: dialética do mercado e Estado*  
*Atuação do Estado: instituições, coerção, ideologia,*  
*infraestrutura, regulação direta da produção*  
*Periodização do capitalismo: estágios extensivo, intensivo e crise*  
*Um excursão: as polêmicas sobre periodização, Estado e ideologia*  
*Interesses de classe ou reprodução da formação social*  
*Estágios de acumulação e formas ideológicas correspondentes*  
*Estágio extensivo e liberalismo*  
*Estágio intensivo e social democracia*  
*Capitalismo contemporâneo: Crise e neoliberalismo*  
*Os limites do crescimento*

## 4

### CAPITALISMO: ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO E FORMAS IDEOLÓGICAS

## CAPITALISMO: ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO E FORMAS IDEOLÓGICAS

O mercado e o Estado formam uma dialética definida por sua relação antagônica com respeito à generalização da forma-mercadoria, o próprio fundamento do capitalismo. A ação do Estado, ao produzir valores de uso que não podem ser produzidos por seu valor de troca --vale dizer, como mercadorias--, porém indispensáveis à produção social, nega o mercado, ainda que lhe seja necessária.

Um ponto de partida privilegiado para abordar a interpretação de um modo de produção é focar sua gênese. Na transformação de uma sociedade em outra, ficam destacadas as características essenciais da nova sociedade, que a *distinguem* da anterior, revelando o que lhe é peculiar. No caso do capitalismo, portanto, tal ponto de partida se situa no início do processo, desencadeado pela crise da sociedade feudal, de transição do feudalismo decadente ao capitalismo nascente.

### A gênese do capitalismo

A sociedade capitalista foi gestada em meio à dissolução da ordem feudal, particularmente na Inglaterra e o noroeste europeu, mais desenvolvidos (nos demais países a dissolução do feudalismo deu lugar a *estados absolutistas*, comentados adiante, onde as revoluções burguesas adviriam quase dois séculos depois da inglesa, de 1640-60). O enfraquecimento da relação de servidão e da renda como relação de produção predominante, e a concomitante expansão da produção de mercadorias acabou por romper o isolamento dos feudos e levou à formação de um mercado unificado dentro do arcabouço institucional do Estado-nação burguês. Inicialmente, as utopias construídas a partir da idéia de abolição da servidão preconizavam uma sociedade organizada sob a égide da igualdade e do interesse coletivo, de cunho socialista. No entanto, as revoltas populares inspiradas nessa idéia foram derrotadas (das guerras camponesas européias à liquidação dos Levellers na Inglaterra) e acabou se implantando um processo diametralmente oposto: a eliminação das terras comunais através dos cercamentos e sua transformação em propriedade, com o conseqüente assalariamento dos trabalhadores, que veio a ser a nova relação de produção predominante.

Examinemos o processo de produção do excedente no feudalismo, erigido sobre a servidão como relação de produção predominante. Nesse modo de produção o grosso da força de trabalho é empenhado na produção dos meios de sustento dos próprios trabalhadores, a partir de matérias primas obtidas pelo cultivo das terras comunais. Esta é a

produção para subsistência, vale dizer, a produção de bens diretamente por seus valores de uso, a serem consumidos pelo próprio produtor. O trabalho excedente –além do necessário para produzir as condições da reprodução da força de trabalho– é dispendido nas terras do senhor feudal e seu produto será apropriado por esse na forma *renda*, a ser levado à cidade e trocado por artigos de artesanato. Estes terão sido produzidos pelos artesãos *por seu valor de troca*, vale dizer, enquanto mercadorias. Assim, a forma-mercadoria está presente na produção feudal, no entanto fica restrita ao excedente da produção.

As causas da gênese do capitalismo a partir do feudalismo tem sido objeto de longo e um tanto inconclusivo debate,<sup>3</sup> mas entre elas central é, sem dúvida, a paulatina ampliação da forma-mercadoria na última fase do feudalismo, provocada pelo evolução das técnicas de produção. O aumento de produtividade provocava uma redução do trabalho necessário e correspondente aumento do excedente e assim, em última instância, uma tendência secular de aumento da proporção de mercadorias no produto social como um todo. No âmbito das relações de produção a própria servidão vinha sendo erodida com a paulatina transformação da *renda em trabalho* em *renda em espécie* e, finalmente, em *renda em dinheiro*, com o gradual relaxamento do controle do processo de produção pelo senhor feudal. Em suma, o que ia se relaxando era a própria relação de produção predominante do feudalismo: a servidão. Em um desenvolvimento correlato, a ampliação da forma-mercadoria e a intensificação das trocas acaba arrebentando as estancas divisões entre os feudos, tendendo a formar *um* espaço abarcando *todo* o território nacional e capaz de dar suporte ao *mercado unificado*.

O processo aqui resumido, quando interrompido pela insuficiência de desenvolvimento das forças produtivas para derrubar a base institucional da velha organização social, engendram formações sociais em que as *novas* forças produtivas embrionárias ficam engessadas no *velho* arcabouço institucional, que tem sido chamado de estado absolutista, pioneiramente discutido por Perry Anderson.<sup>4</sup> Os Estados absolutistas, ou monarquias absolutistas são como que *culs-de-sac* históricos na transição do feudalismo ao capitalismo.

---

<sup>3</sup> Um marco na recapitulação desse debate é *Transition from feudalism to capitalism* editado por Rodney Hilton (Hilton *ed.*, 1976).

<sup>4</sup> Em seu *Lineages of the absolutist State* (Anderson, 1974) onde trata dos grandes países da Europa ocidental e oriental, mais o Japão. Uma observação cabe aqui, a saber que: 1) na Europa oriental (Polônia, Prússia, Rússia) o que se desenvolveu foi uma segunda servidão, mais que absolutismo, tendo sido simplesmente reimposto a servidão; e 2) que a Inglaterra Tudor *não* era um estado absolutista e que os Stuart que os sucederam tentaram recuperar a autoridade real em vão. Morton, ao expor

A dissolução do feudalismo ia de par com o fortalecimento da burguesia e da economia das cidades, mas somente no noroeste da Europa e, em escala nacional, somente na Inglaterra e na Holanda é que tal processo alcançou profundidade que conferisse à nova classe força suficiente para transformar as instituições feudais através de uma revolução (burguesa): 1640-60 na Inglaterra e em meio às lutas de independência da Espanha durante a Guerra dos 30 anos, na Holanda.

Nos demais países, notadamente a Espanha, França, Prússia e Áustria, suas sociedades se apegavam ferrenhamente às instituições feudais e os privilégios da nobreza, abrindo gradualmente um fosso sempre crescente entre as condições econômicas de produção e o arcabouço institucional sempre mais incapaz de servir de suporte às primeiras, levando ao beco-sem-saída referido acima. Os estados absolutistas alcançaram seu ponto de ruptura e caíram finalmente de podre um século e meio (1789-98), no caso da França, ou dois séculos mais tarde (1848-9), nos demais países europeus (exceto Espanha e Portugal e os países do Leste europeu, que protelaram suas revoluções burguesas até o século XX) e suas sociedades iam implantando, com graus variáveis de entusiasmo e velocidade, em um processo que por vezes tomava a forma de bonapartismo, as instituições burguesas, e tomando finalmente o rumo do desenvolvimento capitalista.



*Cercamento, Inglaterra: trabalhador expulso das terras comunais. Gravura da época.*

A produção de mercadorias e a erosão da servidão geram uma nova relação de produção, o *assalariamento*. Na produção capitalista as mercadorias são produzidas pelo seu valor de troca, mediante trabalho assalariado. O assalariamento dos trabalhadores é forçado através dos *cercamentos* das terras comunais e sua transformação em propriedade privada –essa é a 'assim-chamada acumulação primitiva'<sup>5</sup>, privando o trabalhador de seu meio de sustento e obrigando-o a vender sua força de trabalho por um salário, com o qual ele comprará seus meios de subsistência no mercado. A produção para subsistência vai sendo incorporada, assim, à produção de mercadorias. E a ampliação da produção de mercadorias acaba provocando a crise de um modo de

está interpretação, cita o embaixador francês em Londres, que após a guerra civil da Revolução inglesa que termina com a Restauração da monarquia, em 1660, escreve para Louis XIV: 'Esse governo tem uma aparência monárquica porque há um rei, mas no fundo está muito longe de ser uma monarquia.' E prossegue com a observação: 'Charles I havia reivindicado ser Rei por direito divino: Charles II sabia que era Rei por mandato dos senhores de terra e grandes comerciantes no Parlamento e poderia ser demitido com a mesma facilidade com a qual fora convocado.'(Morton, 1938:273).

<sup>5</sup> Tomando a expressão do título da *Parte VIII* do *Capital* de Marx. 'Assim-chamada' é ironia dirigida à Economia Política, que não conseguindo dar conta da origem do 'capital inicial' ao que subsequentemente será agregado excedente no processo de acumulação, lançava mão dessa expressão nebulosa. Na verdade não se trata de nenhum processo de acumulação, senão da simples privação do trabalhador de seu meio de sustento; obrigando-o a entrar na força de trabalho assalariado. "Acumulação --escreve Marx nessa mesma *Parte*-- é o crescimento do proletariado"; uma asserção verdadeira em sua essência naquele estágio do capitalismo que Marx conheceu (cf. também adiante, discussão do estágio de desenvolvimento extensivo).

produção –o *velho*, a saber, o feudalismo– e engendrando um *novo*: o capitalismo – o qual se organizará precisamente em torno dessa tendência: expansão da produção de mercadorias.

### Generalização da forma-mercadoria

Presente já à sua origem e gênese, a tendência à generalização da forma mercadoria constitui a própria força motriz do capitalismo, procurando produzir sempre mais *valores de uso* enquanto *valores de troca* na forma de mercadorias, mediante trabalho assalariado.<sup>6</sup> Desse modo, a expansão da produção de mercadorias se dá *pari passu* à expansão do assalariamento.

O assalariamento passa a ser a relação de produção predominante, e a generalização da forma-mercadoria o princípio de organização da produção e, em última instância, através da reificação das relações sociais, da sociedade como um todo. Tal organização é efetuada por duas instâncias antagônicas, mas mutuamente necessárias, que intervêm na produção e reprodução sociais: são elas o *mercado* e o *Estado*, sendo *postulada* a primazia do primeiro.

Ora, a produção de mercadorias, por capitais individuais, é regulada pelo mercado mediante o lucro. O lucro é precisamente o (único) instrumento regulador à disposição do mercado que determina as quantidades a serem produzidas de cada mercadoria: dado um preço de produção que auferir um retorno à *taxa média de lucro* na economia, a oscilação do preço de mercado em torno do mesmo para baixo vai provocar a queda, enquanto para cima o aumento do volume produzido dessa mercadoria. Se tudo pudesse ser produzido como mercadoria –todos os valores de uso, por seu valor de troca–, seria concebível uma economia inteiramente regulado pelo mercado.

---

<sup>6</sup> Generalização da forma-mercadoria, e processo de assalariamento –e como veremos adiante, processo de urbanização–, são na verdade um e mesmo processo. Assim, se colocamos *generalização da forma-mercadoria* ao centro da interpretação do capitalismo, não é para diminuir ou por menosprezar a importância da relação salário-capital, mas porque esta última perpassa *toda* a história do capitalismo, sem alteração significativa; enquanto o desenvolvimento das condições da expansão da forma-mercadoria permite identificar claramente definidos *estágios de desenvolvimento*, e com esses, uma periodização do capitalismo solidamente fundamentada nas condições concretas do processo mesmo –a expansão da produção de mercadorias– que lhe deu origem.

No entanto, nem tudo pode ser produzido enquanto mercadoria, por lucro. Se determinado valor de uso não puder ser produzido por um valor de troca mas ainda assim fôr necessário à produção das demais mercadorias, vale dizer, fôr *socialmente necessário*, o Estado intervém para assegurar a produção, diretamente ou indiretamente, do valor de uso em questão. De modo que se é bem verdade que a produção de mercadorias é a forma predominante de produção (com o trabalho assalariado como relação de produção também predominante), a tendência à generalização da forma mercadoria esbarra em seus limites e mais do que isso –a tendência gerando a contratendência–, suscita seu oposto e negação por sua necessidade da produção direta de valores de uso *enquanto tais*. Vale dizer, valores de uso produzidos diretamente por sua utilidade e necessidade. É o caso de estradas para assegurar a coesão do espaço nacional e das aglomerações urbanas, do fornecimento de energia elétrica para uso industrial e doméstico, da provisão do sistemas de telecomunicações, – além, deixando o exemplo mais importante por último, das próprias condições institucionais e legais inteiramente a cargo do Estado, sem as quais uma organização social seria inconcebível, e muito menos seria capaz de se reproduzir. A denominação comum a tais valores de uso cuja produção precisa ser assumida pelo Estado é *infraestrutura*,<sup>7</sup> um conceito fundamental à organização social, e à produção do espaço em particular, como se verá adiante.

O relato da gênese do capitalismo, por mais sumário que seja, deve incluir uma referência a um novo desenvolvimento no âmbito do espaço. De fato, o início do desenvolvimento capitalista, com a expansão da produção de mercadorias e a intervenção do Estado para lhe dar suporte, é acompanhado pelo desaparecimento da constelação de feudos e a constituição, em seu lugar, do *espaço* nacional a servir de suporte ao mercado unificado, e às estruturas de produção e reprodução e, em última instância, à reprodução social como um todo. Este novo espaço *uno* suplanta a dicotomia campo-cidade da organização feudal, baseada na separação da produção para a subsistência e a produção do excedente. Em seu lugar, *não* implanta alguma outra dicotomia dentro do espaço:<sup>8</sup> o espaço nacional deve ser homogêneo e em certo sentido, se por urbanizado for entendido o lugar onde já predomina a forma-mercadoria, *no capitalismo desenvolvido todo espaço é urbano*. Decorre daí que

---

<sup>7</sup> Divergimos aqui da concepção embrionária de Marx de infra- e superestrutura, e de Althusser que também esboçou uma tentativa de desenvolver esses conceitos, por insatisfeito que estivesse com os mesmos devido a sua conotação espacial (em cima/ em baixo).

<sup>8</sup> Como seria por exemplo uma dicotomia rural-urbana amiúde invocada (já discutida no capítulo precedente).

'processo urbano' não tem significado mais específico que o próprio processo de reprodução capitalista;<sup>9</sup> ainda que por vezes queira se enfatizar nesse processo a *organização espacial* das grandes aglomerações urbanas.

### Reprodução: a dialética Mercado/ Estado

O mercado e o Estado formam uma dialética definida por sua relação antagônica com respeito à generalização da forma-mercadoria. A ação do Estado, ao produzir valores de uso, nega o mercado, ainda que lhe seja necessária.

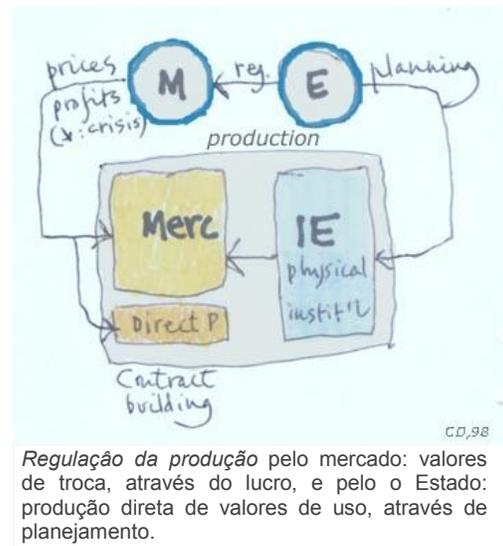
A reprodução da sociedade capitalista se dá por uma combinação da ação de suas instâncias fundamentais do mercado e do Estado, sempre segundo o princípio de sustentar a tendência à generalização da forma-mercadoria, estando por isso postulada a primazia do mercado. Ambas as instâncias tem seus próprios meios ou instrumentos de regulação da produção e reprodução sociais.

#### A regulação pelo mercado

O mercado dispõe de um único instrumento de regulação: o preço de mercado. Como já dito, o preço é a quantia paga pelo valor de troca de valores de uso produzidos como mercadoria. O preço é o instrumento por excelência à disposição do mercado para a regulação da produção de mercadorias.<sup>10</sup>

Em aparência, o preço das mercadorias é fixado pelo mercado através do equilíbrio entre 'oferta' e 'procura'. No entanto, o preço de mercado oscila com tendência para se igualar ao preço de produção.

De fato, sendo *preço de produção* o custo total dos meios de produção (amortização do capital fixo mais capital circulante: matérias-prima e



<sup>9</sup> Em uma espécie de demonstração pelo absurdo, Ball (1981) já mostrou a impossibilidade de circunscrever –geográfica, funcional ou mesmo conceitualmente– os limites do termo 'urbano'.

<sup>10</sup> Em contraposição, o pagamento por valores de uso produzidos/ providos diretamente pelo Estado – vale dizer, infraestrutura e serviços públicos– é *tarifa*, que regula não sua produção, que é assunto para planejamento, senão sua distribuição --ou seja, o *acesso* aos mesmos por parte dos membros da sociedade.

salários) mais o lucro à taxa média de lucro (esperada) na economia, um movimento do preço de mercado acima ou abaixo do preço de produção resulta numa taxa de retorno acima ou abaixo da taxa média de lucro, induzindo, por sua vez, o aumento ou diminuição da quantidade produzida dessa mercadoria pelo livre fluxo de capitais entre os ramos industriais –um retorno acima da taxa de lucro atrai mais capital e vice-versa–, tendendo a reaproximar os preços de mercado aos preços de produção e nivelar a taxa de retorno à taxa média de lucro. Como resultado, temos que efetivamente e conforme já adiantado, o que está sendo regulado pelo mercado não é o preço das mercadorias, senão através do preço de mercado, a *quantidade* de mercadorias a produzir.<sup>11</sup> O preço das mercadorias tende ao preço de produção, que se define em outro âmbito, a saber, no âmbito da produção, e depende do estágio de desenvolvimento das técnicas de produção e da taxa de lucro na economia.

A precariedade da regulação pelo mercado da produção de mercadorias– que Engels chamou de 'a anarquia do mercado' se ressalta já de início e independentemente do mercado depender do sustento e ser cerceado pela regulamentação do Estado. É que seu instrumento de regulação, a 'taxa média de lucro' é na verdade uma abstração sem manifestação concreta, como reconheceu Keynes com considerável coragem, portanto a taxa de lucro (médio) não é conhecido pelos capitalistas<sup>12</sup> –o rei está nú– e assim estes não tem como estimar seu preço de produção, valendo-se então de uma *expectativa* de taxa de lucro ou lucro *esperado* para basear suas decisões, uma idéia à base da 'teoria de expectativas racionais'. Um corolário de certa monta dessa situação é que a decisão de produzir ou não certa mercadoria (em certa escala) se dá por um primeiro passo de determinar a melhor técnica que dá o maior retorno ('maximização do lucro') seguido por um segundo passo que consiste em comparar esta taxa de retorno com a taxa de juros – esta, de conhecimento imediato. A mercadoria será produzida se seu retorno for maior que a taxa de juros e não o será, no caso contrário, com que a taxa de juros toma o lugar da taxa de lucro e passa a ser o regulador *de fato* da produção.

---

<sup>11</sup> Na expressão de elegante concisão de Rowthorn: “o preço natural [isto é, o preço de produção, CD] de uma mercadoria é simplesmente o preço que deve ser pago, em condições competitivas, para garantir a produção de tal mercadoria numa dada escala” (Rowthorn, 1980, p.183-4).

<sup>12</sup> Ao que eu acrescentei (Deák, 1985) que não só os capitalistas não o conhecem na prática, como é teoricamente impossível conhecer a taxa de lucro de um processo de produção ativo, por causa da presença de capital fixo cuja medida de amortização sempre depende do futuro, só se definindo assim *a posteriori*, ao encerramento desse ou daquele processo de produção.

### *Antagonismo*

Já tínhamos assinalado que a produção de mercadorias não prescinde do Estado para prover suas condições de existência e funcionamento. Ora, por mais que esteja postulada a primazia do mercado, e o Estado se empenhe exclusivamente para lhe assegurar as condições de funcionamento, fazendo apenas o *necessário*, o mesmo não escapa do fato que qualquer que seja sua ação, esta será produção direta de valores de uso e *ipso facto*, será um cerceamento do âmbito da produção de mercadorias, uma negação da tendência à generalização da forma-mercadoria. Assim o Estado, contanto destinado a sustentá-lo, é irremediavelmente antagônico ao mercado. A relação de ambos forma uma dialética construída a partir da tendência à generalização da forma-mercadoria sobre o antagonismo do Estado e do mercado. A reprodução social no capitalismo é dominada pela dialética do Estado e do mercado e seus próprios estágios de desenvolvimento são definidos pelas condições em que o antagonismo permite a manutenção, ou reimposição, do postulado da primazia do mercado.

A relação do Estado e do mercado constitui um caso clássico de uma dialética em que a tendência fundamental, a generalização da forma-mercadoria, suscita a contra-tendência à produção direta de valores de uso, seu oposto e sua negação.

É de se observar que a intervenção do Estado não é resultado, ou depende de, uma 'política' derivada de alguma particular instância da sociedade, senão da mera necessidade de assegurar as condições da produção de mercadorias, vale dizer do modo de produção capitalista. Em particular, o Estado não 'serve aos interesses' da classe dominante, ou de qualquer agrupamento de membros da sociedade, senão, em última instância, atende às necessidades da reprodução social como um todo.

Ao escrever em plena 'era neoliberal' (2014), não é demais enfatizar o caráter necessário da presença do Estado na reprodução social. Tal asserção, longe de se apoiar apenas em 'experiência empírica', deriva da interpretação e teoria do capitalismo e é assim que, visando refutar as posições mais difundidas a esse respeito, especialmente na era neoliberal que se iniciava, resumia essa idéia já em 1985:

A atuação do Estado não torna a produção de mercadorias 'mais eficiente' senão sequer possível.

Deák, 1985

Retomamos ainda a natureza da atuação do Estado adiante, na discussão das polêmicas sobre a periodização do capitalismo, o Estado e a ideologia. Antes porém abordamos a seguir, no que consiste

concretamente a intervenção do Estado e quais são suas grandes áreas de atuação.

### A atuação do Estado

Em contraste com o mercado, cujo único instrumento regulador é o preço, a *participação do Estado* na reprodução é multifacetada e exige o empenho e concertação, através de planejamento, de um sem-número de instâncias –ou aparelhos, no dizer de Althusser– criadas pela sociedade. Exatamente o que pode e o que não pode ser produzido enquanto mercadoria varia segundo estágios de desenvolvimento –a área de atuação do Estado vai se ampliando com o desenvolvimento da produção, como veremos– e até segundo conjunturas, além de abarcar outras áreas além da produção direta, de ordem institucional e executiva. As grandes áreas de intervenção do Estado são:

- instituições (propriedade)
- coerção (monopólio da violência)
- ideologia
- infraestrutura e produção do espaço
- regulação direta da produção

que abordamos brevemente no que segue.

1 *As instituições legais e jurídicas* são parte essencial do Estado, e desde a divisão social do trabalho uma formação social sem elas seria inconcebível. Elas pervadem todos os aspectos da vida e são inúmeras e razoavelmente conhecidas. Aqui vamos destacar apenas uma delas: a instituição da *propriedade*,<sup>13</sup> a própria condição do trabalho assalariado, vale dizer, da relação de produção predominante no capitalismo. Já assinalado, aqui reitaramos, que a instituição da propriedade dos meios de produção, longe de ser um 'fato natural', foi *construída* na própria gênese do capitalismo, substituindo as instituições feudais, e materializada através do processo de cercamentos das terras comunais.

2 *Coerção: ou monopólio da violência* Outrossim, o Estado assegura a solução dos conflitos de interesse entre indivíduos, entre membros individuais de uma classe e sua classe e até mesmo entre classes no interior da formação social. Os conflitos são resolvidos de

---

<sup>13</sup> Propriedade *privada*, de uso frequente, é na verdade um pleonasma. Uma propriedade é de seu proprietário que dela dispõe a seu bel prazer –'livremente', base da própria definição de liberdade– à exclusão de qualquer outro indivíduo. Antes de sua transformação em propriedade, as terras comunais eram de uso *comum*, não 'público' (o antônimo de 'privado').

acordo com as necessidades da reprodução da sociedade, e as soluções impostas à força, se necessário, de modo que o Estado é o detentor, em última instância, das forças de coerção – diz-se que o Estado detém o monopólio da violência. Na prática o Estado mantém e controla os instrumentos de força explícita em diversas organizações como as forças policiais e militares. A aplicação de força explícita para manter as condições da reprodução – a ‘ordem’ – social é geralmente restrita ao mínimo necessário e, para reduzi-la, o Estado lança mão de uma *ideologia*, sua próxima grande área de atuação.

### 3 Ideologia

A violência da opressão constitui o fator mais diretamente perceptível da ordem social condenada e objetivamente cada vez menos sustentável.

Lukács<sup>14</sup>

O objetivo da ideologia é o consentimento ativo dos membros da sociedade à manutenção do *status quo*, da ordem social estabelecida,<sup>15</sup> que requererá dessa maneira menor uso da violência através de força explícita. Assim a ideologia torna-se um dos instrumentos da reprodução do *status quo* e da própria sociedade. No capitalismo e sua sociedade burguesa a pedra angular para o alcance desse objetivo é a idéia da liberdade individual – donde deriva o próprio nome liberalismo, dado à primeira forma de sua ideologia – complementada pela idéia do bem-

---

<sup>14</sup> Lukács (1948:143).

<sup>15</sup> Ideologia no pensamento Marxista (materialismo dialético) é um conjunto de proposições elaborado, na sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o *interesse coletivo*, construindo uma *hegemonia* daquela classe. Essa interpretação predominou numa linhagem de pensadores que fecha com Gramsci, até que Althusser, primeiro, veio a substituir ‘interesses da classe dominante’ por ‘reprodução [social]’ como determinante da formação social e assim também, finalidade da construção ideológica. Até Gramsci, no enfoque ‘instrumento de dominação’ contribuindo para a dominação/ hegemonia da burguesia, a reprodução da sociedade [burguesa] ficou identificada com ‘interesses da classe dominante’. O passo que Althusser deu conferiu à *reprodução social* o status de última instância de análise e interpretação da sociedade, e em particular, do Estado e, naturalmente, da ideologia. É de se observar que a segunda conceituação, na verdade, inclui a primeira, visto que ‘interesse da classe dominante’ em última análise, só pode ser a manutenção da ordem estabelecida – vale dizer, reprodução da formação social. Ela assim é mais ampla: mais importante, porém, é que também é mais precisa ao excluir qualquer idéia de intencionalidade ou projeto que amiúde dá origem a interpretações de situações concretas por demais simplistas e imediatistas. Por essa razão torna-se linha-mestra das interpretações que seguem sobre a ideologia, o Estado, o planejamento e da própria periodização do capitalismo.

comum –o *Commonwealth*–, que em conjunto com o racionalismo, constituem a base mesma do liberalismo.

Racionalismo é a corrente central no pensamento liberal que se ocupa em procurar, estabelecer e propor caminhos para alcançar determinados fins. Tais fins são postulados em nome do bem-comum (mais tarde, interesse coletivo), base da própria ideologia liberal e que se torna assim, a base também do racionalismo. O racionalismo, por sua vez, constitui o fundamento da retórica que acompanha o planejamento da organização econômica e espacial da reprodução social, vale dizer, de toda a atuação do Estado. O postulado do interesse coletivo elimina os conflitos de interesses (de classe, entre uma classe e seus membros e até entre simples grupos de interesses) existentes em uma sociedade, seja em nome do princípio de funcionamento do mercado, seja como princípio orientador da ação do Estado. Abre espaço para soluções 'racionais' a 'problemas' econômicos (de alocação de recursos) ou urbanos (de infraestrutura, da habitação, ou do meio ambiente) com base em soluções *técnicas e eficazes*.



Louis Althusser

Se a resposta [à questão do valor do trabalho na Economia Política 'clássica'], incluindo suas omissões, é correta, ... é porque é ela reposta a *uma outra questão*, peculiar no fato de não ter sido enunciada [no texto da Economia clássica], mas é enunciada como lacunas em sua reposta, precisamente *nas lacunas em sua reposta*. Althusser 1968 *Reading...*:23 T do A.

O método precípua da ideologia é a utilização do *discurso lacunar* segundo conceituação original de Althusser e divulgado no Brasil por Chauí.<sup>16</sup> Nesse, uma série de proposições, nunca falsas, *sugere* uma série de outras, que a são. Desse modo, a essência do discurso lacunar é o *não dito* (porém sugerido). Um exemplo arquetípico de discurso ideológico é:

*'Todos são iguais perante a lei'*

–verdade, numa sociedade burguesa–, que *sugere* que todos são iguais no sentido de terem oportunidades iguais – o que é falso, devido à propriedade dos meios de produção, que introduz uma diferenciação na maneira de inserção dos indivíduos na produção social e que determinará suas 'oportunidades'.

Assim, uma ideologia difere do mundo concreto não naquilo que afirma, senão no que cala (nas lacunas de seu discurso). Não nega, apenas escamoteia a existência de conflitos ou antagonismos na sociedade -- um 'apelo à razão' ou ao 'consenso' constitui um convite disfarçado a ignorar, menosprezar ou negar a existência de conflitos sociais; da mesma forma como no exemplo anterior sobre a igualdade dos membros da sociedade. E a essência do discurso ideológico está no que não diz:

<sup>16</sup> Althusser (1968), Chauí (1977).

O que a economia política clássica não vê, não é o que ela não vê, é *o que vê*; não é o que lhe falta, pelo contrário, é *o que não lhe falta*; não o que lhe passa despercebido, pelo contrário, o que percebe e *não lhe passa despercebido*.

Althusser, 1968:21

É claro que o poder de persuasão do discurso –a saber, da veracidade do *sugerido*– depende da maior ou menor aderência de seu conteúdo *explícito* às condições concretas da sociedade –*parecer* verdade–, já que essa é sua fonte de credibilidade.

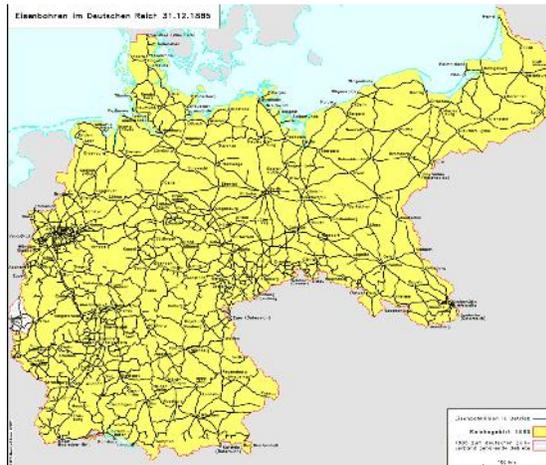
De modo que, se uma ideologia não representa – pelo contrário, 'desrepresenta'– uma determinada sociedade concreta, ainda assim deve ter base na mesma, detectando tanto os traços a revelar --no *dizer* do discurso--, quanto as características a escamotear -- omitidos nas *lacunas* do mesmo. Por isso, a cada estágio de desenvolvimento do capitalismo, que diferem nas condições concretas da acumulação e da reprodução, correspondem formas específicas de discurso ideológico próprias, às quais voltaremos adiante ao abordar a periodização do capitalismo e caracterizar seus estágios de desenvolvimento.

#### 4 Infraestrutura

O exame da atuação do Estado na regulação do capitalismo esclarece uma questão importante no âmbito da organização espacial e do planejamento, a saber, a da noção de *infraestrutura*. É uma idéia bem difundida que a infraestrutura é algo que serve à produção social, necessária a ela ou, numa versão enfraquecida da economia vulgar, assegurar-lhe ou aumentar sua 'eficiência'. Também comumente há uma idéia razoavelmente consolidada a respeito de *o que* seriam infraestruturas (ou componentes de infraestrutura), entrando aí: sistemas de transporte, abastecimento de água e outros serviços urbanos; estradas, fornecimento de energia elétrica e telecomunicações e outros, de âmbito nacional; além de componentes não espaciais tais como ensino/educação, serviços de saúde, salário-desemprego, aposentadoria etc.

Dissemos 'razoável' acima porque praticamente sempre persiste uma dúvida –engendrando uma polêmica, que no neoliberalismo chega a uma disputa– quanto a exatamente *o que* faz parte, ou o que *deveria* fazer parte do conjunto de infraestruturas. Ora, do que precede podemos derivar que ser ou não ser infraestrutura é menos uma característica intrínseca de determinado valor de uso, ou dos propósitos de algum agrupamento da sociedade, do que uma decorrência das condições da produção social em um determinado estágio de desenvolvimento.

Infraestrutura é um valor de uso que não pode ser produzido enquanto valor de troca por capitais individuais –vale dizer, enquanto mercadoria



*Rede ferroviária alemã, 1885* Construída a partir de 1835, deu suporte à própria formação do espaço do mercado unificado, desde o início ao desenvolvimento capitalista nesse país.

sob a regulação do mercado – mas é necessária para a produção das mercadorias e assim sua provisão fica a cargo do Estado. Ora, determinado valor de uso pode dar lucro em certo estágio de desenvolvimento ou até de conjuntura e cessar de fazê-lo em outro estágio. A história traz abundantes exemplos de bens ou serviços cuja produção começou como empreendimento de capitalistas individuais e mais tarde, cessando de dar lucro, passaram ao âmbito do Estado

– tornaram-se infraestruturas. Estradas de ferro, energia elétrica e até abastecimento de água começaram como negócios e terminaram como infraestruturas;<sup>17</sup> ou inversamente, elementos de infraestrutura inicialmente produzidos ou incubados pelo Estado ligados geralmente à tecnologia de ponta tais como energia nuclear, computação ou navegação espacial acabam entrando em alguns casos no âmbito da produção de mercadorias, sempre constituindo apenas casos particulares e isolados contra o pano de fundo da expansão do Estado.

<sup>17</sup> A história do abastecimento de água em Londres ilustra a trajetória de um dos serviços urbanos essenciais no capitalismo ora aquém, ora além do âmbito da mercadoria. Nos séculos XVII e XVIII começavam pipocar companhias privadas para fornecer água em bairros isolados para abastados; o restante da população se servia no rio. No período de 1800 a 1850, as companhias que 'loteavam' Londres em regimes de monopólio, não forneciam nem a todos nem com qualidade, enquanto a cidade dobrou de população e eclodiu uma epidemia de cólera 1854. A primeira idéia de planejamento surgiu na forma do *Metropolis Water Act* promulgado em 1852, visando "tomar medidas para assegurar o abastecimento de água pura e saudável" com medidas de regulação das companhias privadas; mas só em 1902 (estágio intensivo) o sistema de abastecimento veio a ser unificado e estatizado. A *Metropolitan Water Board* criada em 1875 reorganizou e unificou as companhias operando na região metropolitana expandida; quando foi parcialmente privatizada em 1989 com a criação de 'state-regulated private companies' – segundo esse conceito um tanto confuso. Sobre privatizações no neoliberalismo, cf. também adiante.

### 5 Regulação direta da produção (regulação 'econômica')

Mesmo estando-lhe assegurados a instituição da propriedade e com essa o trabalho assalariado, a manutenção da 'ordem', mediante coerção e ideologia, assim como as infraestruturas e o espaço da produção, a produção de mercadorias entregue à 'anarquia do mercado' ainda requer regulação adicional. Assim o Estado intervém diretamente na produção de mercadorias através de uma constelação de instrumentos cuja operação constitui a 'regulação econômica'. Os principais instrumentos à disposição do que pode ser chamado de planejamento econômico são a cunhagem e administração do valor da moeda, provisão de crédito (volume e juros), taxas e subsídios a ramos industriais específicos e idem do comércio exterior, além de medidas de regulação operacional de praticamente todos os campos da produção, seja abrangente a todos, ou específico segundo ramos ou grupos de ramos industriais.

Particularmente ilustrativos, em que vasto âmbito se estende a intervenção do Estado, são casos em que este interfere diretamente na produção de mercadorias específicas, especialmente, em ramos industriais nascentes e obsoletas. De fato, o Estado tem presença constante nos limites da atuação de mercado, 'ajudando' a formação de novos ramos de produção de mercadorias, como que incubando-os, para retroceder na fase em que o mercado pode tomar conta de sua regulação, para retomar a intervenção quando um ramo torna-se obsoleto mas continua necessária à produção social. Trata-se na verdade do anverso da produção de infraestrutura discutida acima, apenas que do ponto de vista das mercadorias; mas naturalmente a área limítrofe e eventual transição entre a produção de mercadorias e a produção direta de valores de uso é uma só, e como já assinalado, em constante fluxo e refluxo entre um âmbito e o outro, conforme os estágios de desenvolvimento ou segundo flutuações conjunturais.

O conjunto de medidas de regulação econômica permite favorecer/desfavorecer a produção (nacional) como um todo, ou com a precisão de bisturi, induzir, proteger ou eliminar ramos industriais-chave específicos como os de bens de produção (máquinas e tecnologia de ponta), ou segundo sejam de capital nacional ou estrangeiro. O poder desses instrumentos pode ser ilustrado por eloquente exemplo da história econômica brasileira. Em 15 anos de tênue proteção da Tarifa Alves Branco de 1844 – cujo objetivo era menos a proteção ou estímulo à indústria nacional, senão meramente a constituição de uma fonte de recursos para o custeio do governo --, nasceu um ímpeto de desenvolvimento industrial do qual o império multifacetado de Mauá era apenas a ponta mais visível, sustado e aniquilado em menos de dez anos

após sua revogação pela reforma de Silva Ferraz (1860)<sup>18</sup>, que veio a provocar a míngua e finalmente a falência do império de Mauá em particular e a precarização generalizada do parque industrial nacional.

Podemos encerrar esta seção com a conclusão de que em resumo, o Estado faz tudo aquilo, e somente aquilo, que for necessário à sustentação do princípio motor do capitalismo, a generalização da forma-mercadoria concretizada na ampliação da produção de mercadorias e com isso, em última instância, provê as condições da reprodução da formação social, vale dizer, da reprodução da ordem social vigente.

### **Periodização do capitalismo: estágios extensivo e intensivo, e crise**

Uma periodização de um modo de produção consiste em distinguir *estágios de desenvolvimento* segundo as condições em que se dá a reprodução da relação social predominante, no caso do capitalismo, o trabalho assalariado, o correspondente processo de mercadorização da produção, e o também correspondente desenvolvimento da dialética do mercado e o Estado.

Segundo a sucessão de estágios, a ideologia passa também por transformações para melhor se adaptar às condições concretas da reprodução social e adquire formas precípuas correspondentes a cada estágio. No que segue acompanhamos a sucessão dos estágios de desenvolvimento capitalista, distinguindo o primeiro estágio, de *acumulação extensiva* e sua ideologia liberal; seu esgotamento engendrando o estágio de *acumulação intensiva*, com sua ideologia da social democracia, cujo esgotamento no final dos anos 1960 dá origem por sua vez se à *crise contemporânea* do capitalismo com sua ideologia neoliberal.

---

<sup>18</sup> Para uma descrição da política industrial brasileira ver *A luta pela industrialização do Brasil* de Nícia Vilela Luz, de 1961 –cujo título, como sugere a própria leitura do livro, deveria ter sido *A luta contra a industrialização do Brasil* –, e para uma explicitação e interpretação das razões daquela política, Deák (1991): "Acumulação entravada no Brasil" sobre as peculiaridades da sociedade brasileira, incluído neste volume como o próximo capítulo.

### **Um excuro: as polêmicas sobre periodização, Estado e ideologia**

Antes de prosseguir, e pelo fato dos encaminhamentos/interpretação aqui apresentados sejam tão diferentes de outros mais difundidos e largamente aceitos, cabe pelo menos mencionar, ao preço de fazer uma digressão, as principais deles com uma indicação das razões de sua rejeição.

#### *A polêmica da periodização*

Idéias muito variadas já foram concebidas na Economia Política quanto à periodização do capitalismo. Entre as principais formulações estão: capitalismo primitivo, de livre-comércio e monopolista (Engels); ou de livre-comércio, monopolista e monopolista de Estado (Sweezy); ou ainda, capitalismo primitivo, colonialista e imperialista (Bukharin, Lenin).

À primeira vista, é surpreendente a que ponto se generalizou designar o estágio inicial do capitalismo de ‘livre-comércio’ ou de capitalismo ‘concorrencial’. Tais termos, além de serem relativamente irrelevantes do ponto de vista da acumulação, são na melhor das hipóteses enganosos, se se considerar que dos cerca de dois séculos nesse estágio, a Inglaterra – no intuito de assegurar o desenvolvimento de suas próprias indústrias, livre da concorrência da indústria bem mais avançada do noroeste da Europa – seguiu uma política ferrenhamente protecionista durante mais de um século e meio a partir da Revolução Inglesa e até as Guerras Napoleônicas (Hill, 1967, p.181), ao passo que a política de ‘livre-comércio’ teve a vida efêmera de poucos 20 anos no final desse estágio (1846-65) – depois que a política de protecionismo havia afinal surtido seu efeito espetacular que chegou a ser chamado de ‘revolução industrial’. Este estágio, que também poderia ser chamado de ‘capitalismo em um só país’, por se restringir essencialmente à Inglaterra, termina com a expansão do capitalismo pelo mundo durante o século XIX e desemboca no imperialismo, estágio esse também comumente chamado de monopolista’ com uma variante posterior de capitalismo ‘monopolista de Estado’ com igual falta de fundamento. (Monopólio não é específico a qualquer estágio do capitalismo em particular: ele não é específico nem ao próprio capitalismo). Tais formulações tem curso apenas justamente, por sua incongruência – sua fraqueza teórica possibilita seu uso para promover uma visão a-histórica da economia e da sociedade, um expediente caro à ideologia liberal e suas formas subsequentes.

Sobre tais periodizações, das quais a mais difundida provavelmente seja estágios livre-concorrencial, monopolista e monopolista de estado,

pesam críticas que invalidam os próprios conceitos sobre os quais se baseiam como já assinalado por Deák (1989):<sup>12</sup>; além do caráter não-discriminatório de 'monopólio', mencione-se aqui apenas que que livre-concorrência não é mais que uma construção ideológica; e ainda assim, amiúde se confundem livre-comércio enquanto competição no mercado interno e ausência ou baixas taxas aduaneiras sobre o comércio internacional, que nada tem a ver com o processo de acumulação, sendo apenas uma relação externa ao mesmo.

Contrariamente a tais formulações, fazemos uso aqui de uma periodização que distingue estágios de acumulação predominantemente extensiva e predominantemente intensiva, solidamente ancorados nas condições concretas da generalização da forma-mercadoria.

### *A polêmica sobre o Estado*

Os primeiras conceituações sobre o Estado no liberalismo na verdade não chegam a entrar no rol de polêmicas. Tais polêmicas de fato são posteriores ao estágio extensivo e assim ao liberalismo, quando também a importância da ideologia começa se ampliar até tornar-se crucial.

Assim a polêmica tomou corpo no final de século XIX –e o início do estágio intensivo. A virtual totalidade das correntes tomam posições críticas ao liberalismo, e são tributários e mais ou menos aderentes ao pensamento de Marx/Engels, como exaustivamente revisadas por Bob Jessop em seu *The capitalist State/ Marxist theories and methods* (1982). A revisão revela um conjunto variado, disperso e no mais das vezes de elaboração embrionária, em que, no entanto, distinguem-se duas vertentes principais. De um lado, a linha mais ortodoxa, cuja linhagem se inicia com os próprios Marx e Engels, o *estado instrumental*, para o qual o Estado é um instrumento na mãos da classe dominante; do outro, uma linha que se pode considerar marxista num sentido bem mais lato apenas (mas cujos representantes se consideram tais), o *estado corporativo*, que vai de Kautsky a Poulantzas e apresenta o Estado como palco onde se confrontam as forças sociais e o Estado age de acordo com o resultado do confronto.

A polêmica toma sua forma histórica mais pura provavelmente no embate Kautsky-Lênin,<sup>19</sup> mas ficou retomada na auge do 'boom' da reconstrução pós II Guerra Mundial. Em meio à elevação nunca vista do

---

<sup>19</sup> Em que Kautsky chama Lênin de ditador, e Lênin a Kautsky de renegado (do socialismo, da esquerda).

nível de subsistência da força de trabalho e a correspondente expansão do Estado de Bem-Estar— já claramente no plano da ideologia—, a socialdemocracia buscava também reforço no plano da teoria econômica em Keynes (keynesianismo: políticas expansionistas do Estado, proposta na verdade 30 anos antes, na pós- I Guerra, como forma de sair da crise de 1929). A social democracia propunha, ou ao menos, sugeria, que o desenvolvimento capitalista pode levar ao socialismo, e assim, a manutenção do *status quo* encorporada no Estado era defensável, ao passo que o polo oposto da polêmica reafirmava que o Estado é puramente um instrumento de dominação, constituindo uma linha marxista 'ortodoxa'.

Minha posição mantida no que segue é mais perto da concepção do Estado instrumental, com a grande modificação que o 'instrumento' não está nas mãos de qualquer parte da sociedade —nem, em particular, de sua classe dominante—; senão serve senão de instrumento, de suporte: infraestrutura, na verdade, conforme a discussão dessa categoria acima, à reprodução social como um todo.

*O todo é maior do que a soma das partes: reprodução social*

Nesta acepção, mais do que servir aos interesses da classe dominante, o Estado assegura as condições da reprodução da ordem social vigente, vale dizer da própria formação social.

Esse é precisamente o sentido da percepção e descoberta de Althusser, um dos muito poucos a superar as posições do marxismo ortodoxo :

Nossa tese fundamental é que é impossível de se colocar essas questões (e portanto respondê-las) a *não ser do ponto de vista da reprodução*. Analizaremos o Direito, Estado e ideologia *desse ponto de vista*.<sup>20</sup>

No que segue, a força do conceito de reprodução poderá ser apreciada pelo vigor das interpretações que sustenta, relativas aos processos fundamentais do capitalismo.

---

<sup>20</sup> Althusser(1971):270. Os detalhes da discussão de Althusser, confessadamente embrionária, não chegam a constituir uma 'visão' do Estado; mas a eleição da instância 'reprodução social' constitui um passo decisivo para dirigir a investigação na trilha frutífera da crítica contundente. Em outra parte da mesma discussão, vem a formulação: "E compreendemos que era necessário elevar-se ao ponto de vista da *reprodução* para compreender a existência e funcionamento da *superestrutura* (Direito-Estado-Ideologia) que se ergue sobre a infraestrutura, ou "base" do modo de produção" (p:181). Ênfases do original.

### *Sobre a ideologia*

Os contornos da polêmica sobre a ideologia são bem menos definidos que aquela referente ao Estado, porque as posições sobre a ideologia são mais embrionárias e assim menos sistematizadas e sistematizáveis, talvez porque a ideologia constitui ente mais 'abstrata', sendo mais difícil detectar sua presença concreta. Ademais, uma parte essencial da ideologia refere-se às características do Estado e a atuação desta; assim na verdade, a polêmica sobre a ideologia é *tributária* daquela sobre o Estado – sendo por assim dizer 'colada' nela.

Assim, a idéia de Estado instrumental decorre da apresentação dos interesses da classe dominante como interesse coletivo, enquanto a de Estado corporativo postula a existência de um processo de formação do interesse coletivo através da interação de todas as forças sociais às quais o Estado serve de palco. De fato, parte essencial, a cerne mesmo, da ideologia refere-se à natureza do Estado e de sua atuação; assim, se pode haver 'polêmica' sobre o Estado ou quanto a sua atuação, tal polêmica situar-se-á precisamente no campo da ideologia, confrontando-se as formas ideológicas concretas que correspondem àquelas mesmas interpretações do Estado que participam da polêmica. Assim o Estado instrumental vs Estado corporativo consistirá num embate entre marxismo ortodoxo e social-democracia; Estado corporativo vs 'Estado mínimo' confronta social-democracia e neoliberalismo, e assim por diante.

Mais significativo que as diferenças entre formas ideológicas –que na verdade são diacrônicas, pertencentes a épocas históricas distintas, como já preconizado, e substanciado em seguida– é a alternativa, ou negação da ideologia: a não-ideologia. Ora, a única alternativa à ideologia, enquanto produção de conhecimento, é a crítica.<sup>21</sup> De fato, ao invés de escamoteá-la como o faz a ideologia, o objetivo da crítica é revelar a 'verdadeira natureza' –vale dizer, a totalidade– da formação social, como também das condições de sua reprodução; assim como de qualquer processo concreto específico que se desenvolve ao interior da reprodução social. O que já dá uma indicação quanto o âmbito e o escopo da produção intelectual...

---

<sup>21</sup> Crítica é um dos conceitos menos desenvolvidos –e certamente uma das posturas menos praticadas– das ciências ditas sociais. A Horkheimer se deve uma abordagem pioneira em que o antagonismo ideologia/ crítica é vista ainda como teoria tradicional/ teoria crítica (Horkheimer, 1938). O enorme potencial dessa abordagem permaneceu praticamente inexplorado em consequência do pantanal de compromissos ideológicos da Escola de Frankfurt, à qual Horkheimer pertencia, em sua trajetória posterior a seus anos iniciais na Alemanha.

*A guisa de uma conclusão: sobre a reprodução* – Em contradistinção às posições participantes das polêmicas acima citadas, as posições aqui defendidas têm um ponto em comum nos três casos, a saber: a periodização, o conceito de Estado e o conceito de ideologia são ancorados em sua relação e papel na reprodução das condições da expansão da forma-mercadoria, o próprio motor do capitalismo, que variam segundo os *estágios de desenvolvimento* – nosso próximo tópico a abordar.

### **Estágios de acumulação e formas ideológicas correspondentes**

Vimos que os estágios de desenvolvimento do capitalismo distinguem-se pelas condições em que o princípio motor do capitalismo –a tendência à generalização da forma-mercadoria– se reproduz no interior da dialética do Estado e do mercado. Como já adiantado, distinguimos dois estágios de desenvolvimento no capitalismo, de acumulação predominantemente extensiva, ou simplesmente *estágio extensivo*, e de acumulação predominantemente intensiva, ou simplesmente *estágio intensivo*, ambos hoje já esgotados, e seguidos pela *crise contemporânea* do capitalismo que ora perdura.<sup>22</sup> No primeiro, a expansão da produção de mercadorias se baseia principalmente na *extensão* das relações de produção capitalista (isto é, do trabalho assalariado) em detrimento de relações pré-capitalistas, enquanto no último, uma vez esgotadas as possibilidades do primeiro, a expansão só pode se dar mediante a *intensificação* da produção através do progresso técnico (vale dizer, mediante aumento da produtividade do trabalho).

A filiação desta abordagem remonta a Ricardo que implicitamente, ao escrever sobre a renda em seus *Princípios*, vê sua própria época (1817) como pertencente a um estágio extensivo.<sup>23</sup> A idéia foi retomada mais recentemente por em 1976 por Aglietta<sup>24</sup> e mais elaborado por mim

---

<sup>22</sup> Mandel designava por capitalismo tardio (livro homônimo, 1972) que evoca o sentido de ocaso do capitalismo mas admite ainda ser um estágio de desenvolvimento, mesmo que decadente. O termo crise que preferimos utilizar também designa um processo e abarca um período mas aponta mais explicitamente ao fim histórico do modo de produção *capitalismo*.

<sup>23</sup> Ricardo invoca essa característica do capitalismo (de sua época) para justificar o pressuposto da teoria de renda de que a pior terra não paga renda (Chap.1 "The Ricardian theory of rent" in Deák, 1985; cf. também Capítulo 4 acima).

mesmo desde Deák (1985), conectado-a ao desenvolvimento da generalização da forma-mercadoria.

Quanto às formas ideológicas, vimos que o objetivo da ideologia é o consentimento ativo dos membros de uma sociedade à ordem social, sendo que o *método* precípua da ideologia é a utilização do discurso lacunar, no qual uma série de proposições, não falsas, sugere uma série de outras, que o são. Desse modo, o imperativo da verdade, ou não-falsidade das proposições explícitas impõe uma correspondência entre a ideologia e as condições concretas da reprodução. Particularmente importante são as condições de reprodução da força de trabalho –o 'nível de vida'– que de perto de insuportável em um primeiro estágio quando ficavam ausentes do discurso ideológico passam por considerável melhoria em estágio subsequente a ponto de poder entrar explicitamente e até de servir de cerne cabal incorporada ao novo discurso. Assim, com a alteração das condições da acumulação de acordo com os estágios de desenvolvimento, estes engendram formas ideológicas próprias, e é assim que durante a história do capitalismo seus estágios extensivo, intensivo e crise engendraram o liberalismo, a social-democracia, e finalmente o neo-liberalismo, respectivamente.

### **Estágio extensivo e liberalismo**

O primeiro estágio de desenvolvimento capitalista é dominado pelo processo de extensão do nova relação de produção o assalariamento, mediante a eliminação das terras comunais (os *cercamentos*) e sua transformação em propriedade. Nesse estágio a expansão da produção de mercadorias se dá pela soma de dois termos: o ritmo de extensão da forma-mercadoria (assalariamento) e o ritmo de aumento da produtividade do trabalho (progresso técnico). Ele se caracteriza no âmbito da produção, por *altas taxas de excedente*, vale dizer, de crescimento, ou ainda, de lucro. No âmbito da reprodução, a característica preponderante é o baixo nível de subsistência da força de trabalho, o que determina as miseráveis condições urbanas nesse primeiro estágio, que chegou a ser chamado de 'galopante' e 'selvagem'.

---

<sup>24</sup> Como em Aglietta (1976), onde estes conceitos vêm acoplados ao conceito adicional de "regimes de acumulação". O conceito de regime de acumulação de Aglietta não deixa de ser problemático e não precisamos endossá-lo, mas a designação dos estágios de desenvolvimento pelas expressões 'predominantemente extensivo' e 'predominantemente intensivo' apontam com precisão a um aspecto crucial de cada estágio, respectivamente.

Dos dois termos, extensão do assalariamento e aumento da produtividade, a parcela de crescimento maior é da extensão do assalariamento, de ordens de grandeza superior ao aumento da produtividade do trabalho. “Acumulação –escreveu Marx em 1865– é o crescimento do proletariado”.<sup>25</sup> É o capitalismo selvagem, o crescimento rápido (‘explosivo’) das aglomerações urbanas, “a idade de ouro dos industriais” (Engels,1888). O nível de reprodução da força de trabalho é baixo porque as amplas reservas de contingentes de trabalhadores ainda não assalariados permite assegurar a expansão da força de trabalho mesmo no caso de falha da reprodução propriamente dita. Em verdade esse estágio é mais conquista da nova relação de produção destruindo as anteriores do que propriamente um processo, ou ‘regime’, de acumulação. É o capitalismo predatório, da urbanização –crescimento do proletariado e urbanização vão de par-- que concentra nas aglomerações urbanas que se tornam o *locus* de reprodução da força de trabalho, de concentração da grande indústria e de formação do mercado dos artigos de consumo-- e de crescimento igualmente rápido o contingente de assalariados em condições miseráveis que se tornaram o assunto e o próprio estofão desse novo gênero literário, o *romance* que as descreve com a eloquência de Dickens, para Londres e Victor Hugo, para Paris.

Esse é um período de rápida expansão da produção, de nascimento da grande indústria e acelerada expansão industrial, acompanhada de igualmente rápida urbanização, dão origem assim à formação de *aglomerações urbanas* que arrebentam os limites das antigas cidades, um processo tão rápido e violento que chegou a ser chamado de 'explosão urbana'. Tais aglomerações que permitem a formação de mercados locais de porte de e para a força de trabalho constituem o locus da reprodução da força de trabalho por excelência. Assalariamento, industrialização e urbanização constituem facetas de um mesmo processo: em última análise, do próprio desenvolvimento capitalista em seu estágio inicial, de acumulação predominantemente extensiva.

---

<sup>25</sup> É de se observar que 1865 – época em que Marx estava finalizando o manuscrito de *O Capital* – pertence ainda ao período final do estágio extensivo na Inglaterra (cf ainda abaixo), de modo que Marx só conheceu esse primeiro estágio do capitalismo e assim, para ele, capitalismo *era* o estágio extensivo do capitalismo. Ora, nesse estágio, era verdade que (a parcela predominante da) 'acumulação é o crescimento do proletariado'. – Esta observação em nada invalida o método de investigação de Marx, sendo, o materialismo histórico e até dialético; apenas exemplifica, e esta é sua principal razão de ser, que novos contextos históricos requerem o cuidado de não se tomar os textos de Marx *à la lettre*, ao pé da letra. Como disse Lukács: "Ortodoxia em Marxismo, hoje, refere-se quase exclusivamente à questão do método" e isso, há quase um século...(Lukács,1922).

Não há capitalismo 'melhor' ou mais vigoroso que o capitalismo selvagem, galopante, desimpedido, lucro abundante, do estágio extensivo. Nem este estágio foi 'superado' por um estágio 'mais desenvolvido'. O estágio extensivo, um processo essencialmente de saturação, simplesmente *se esgotou* com o cumprimento de seu próprio objetivo: a generalização da forma-mercadoria através do assalariamento maciço dos trabalhadores.

No que toca à Inglaterra, esse processo maturou no final do século XVIII quando, tendo começado pela penetração da produção capitalista na agricultura –criando o excedente agrícola necessária, uma pré-condição para a formação da manufatura – culmina com o nascimento da grande indústria e a concomitante processo de urbanização. No entanto, as Guerras Napoleônicas e a resultante aceleração da 'construção do império' (*empire building*) deram uma sobrevida ao estágio extensivo através da conquista de mercados externos. Esse processo por sua vez, veio a esgotar-se, como refletido dramaticamente na expressão ingênua de Cecil Rhodes (de cujo nome deriva Rodésia). A crise já tinha vindo antes, na recessão de 1865 que se transformou na Grande Depressão de 1875-95; esse relato aqui da lamentação do colonizador é apenas um epílogo. Rhodes, cuja professa vocação era "pintar tanto da África vermelho-britânico quanto possível", estava perdido. Lamentava ele:

"O mundo é todo praticamente loteado, e que resta ainda está sendo dividido, conquistado e colonizado. E pensar nessas estrelas... estes vastos mundos que jamais poderemos alcançar. Eu anexaria os planetas, se pudesse..." *Cit.in* Huberman (1936):263; 268-9.

*Liberalismo* é a primeira ideologia do capitalismo nascida após a transição do feudalismo para o capitalismo e acompanhando a consolidação do modo de produção capitalista. Nesse primeiro estágio, os primórdios do capitalismo, a ideologia sómente tinha de mostrar a superioridade do capitalismo sobre o feudalismo. Apresentava então a abolição da servidão e a instituição do trabalho assalariado como vertentes do advento da *liberdade* como princípio organizador da nova sociedade daí seu nome, liberalismo. Era uma elaboração tosca, que advogava o individualismo enquanto enunciava o bem-comum –o Commonwealth– como meta a ser perseguido. Durante todo o estágio extensivo, o capitalismo ascendente, 'galopante' e 'selvagem', de baixos níveis de reprodução da força de trabalho, não necessitava de uma elaboração mais sofisticada da ideologia.



Capa do *Leviathan* de Hobbes sobre o Estado e a organização social (1651).

Uma construção rudimentar de Locke sobre o Estado <sup>26</sup>, e o enaltecimento da 'liberdade' baseado na comparação com a servidão eram suficiente para ofuscar o fato que liberdade, sendo a faculdade de dispor livremente de sua propriedade, era condicional à posse dos meios de sustento, restrito aos detentores dos meios de produção. Assim por todo o estágio extensivo a ideologia burguesa permaneceu nessa forma rudimentar do liberalismo.

A construção tosca do liberalismo era, por enquanto, suficiente também por uma outra razão. A importância da ideologia no estágio extensivo é bem inferior, e seu papel bem menos sofisticado, à que detém no período subsequente. Como vimos, este estágio é essencialmente de conquista, um processo de imposição da nova relação de produção, o assalariamento, em detrimento das demais, mediante generoso uso da força, amiúde armada, em que o recurso à violência era procedimento normal. Nessas condições a ideologia, cuja finalidade é diminuir a necessidade do uso da coerção, desempenha papel secundário.

Uma curiosa tentativa de aperfeiçoamento da ideologia liberal é a fantasiosa construção de Adam Smith sobre a 'mão invisível', que justifica o individualismo extremo de todos procurando seu próprio interesse pela afirmação de que isso resultará, guiado pela intervenção da 'mão invisível', em última instância, no bem comum, no interesse de todos.

O estágio extensivo se esgota na Inglaterra pelos meados do século XIX. Engels pode ter sido o primeiro a detectar a grande transformação que se gestava. Praticamente no calor da hora, sem ainda perspectiva histórica, escreveu, em 1888:

Os anos que seguiram imediatamente a vitória do *Free Trade* [legislação de livre-comércio, a partir de 1830 - C.D.] na Inglaterra pareciam justificar as expectativas mais extravagantes baseadas naquele evento. O comércio britânico elevou-se a montantes fabulosos; o monopólio industrial da Inglaterra no mercado mundial parecia mais firmemente estabelecido que nunca; ... novos ramos industriais pipocavam por todo lado. Teve na verdade, uma severa crise em 1857, mas ela foi superada, e o movimento ascendente do comércio e indústria estava de novo a pleno vapor, até que em 1866, ocorreu um novo pânico, um pânico, desta vez, que parece marcar um novo ponto de partida na história econômica do mundo. <sup>27</sup>

<sup>26</sup> Locke, assim como faria também Hobbes, deriva a necessidade do Estado da natureza humana, que deixada a sós, tenderia a guerras, domínio do mais forte ...(!), nunca, da organização social ou do modo de produção.

<sup>27</sup> Engels (1888a):7.

Iniciava-se, de fato, se não um novo modo de produção, um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo.

### **Estágio intensivo e social-democracia**

Quando este primeiro estágio de desenvolvimento se esgota, não havendo mais espaço para a extensão da produção de mercadorias, o capitalismo entra em seu *estágio intensivo*. Nesse estágio o trabalho assalariado não mais podendo ser estendido, a acumulação fica restrita à elevação da produtividade do trabalho, um processo também denominado de *intensificação* do trabalho, que por sua vez depende do progresso das técnicas de produção. Parafraseando Marx, poderíamos dizer que, no estágio intensivo, acumulação é o crescimento da produtividade do trabalho. Esta passa a ser a única fonte de expansão da produção de mercadorias e esse fato introduz uma alteração profunda no nível de reprodução da força de trabalho, ou dito de outra forma, nas condições de vida dos trabalhadores. Pelas duas razões, a exaustão das reservas de trabalhadores assalariáveis, e a nova importância –crucial, sendo a principal fonte de acumulação– do aumento da produtividade, torna-se necessária a elevação do nível de reprodução da força de trabalho permitindo a reprodução *de fato* do contingente de trabalhadores, e isto a níveis compatíveis com o progresso técnico, vale dizer, a níveis necessários para permitir a operação das técnicas de produção crescentemente complexas. Em termos concretos isso significa elevação dos salários diretos e por parte do Estado, provisão de ensino e educação abrangente, serviços de saúde, condições ambientais, e não somente sanitárias, melhores e provisão até de uma estrutura de lazer correspondente à paulatina redução da jornada de trabalho. O conjunto dessas provisões pelo Estado deu origem à expressão *Welfare State*, Estado de Bem-estar e à forma política e ideológica lhe correspondente, a social-democracia.<sup>28</sup>

### *Gênese do planejamento*

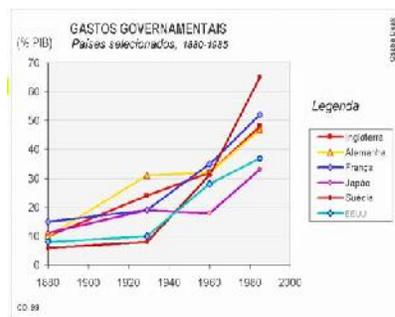
Ora, o nível de reprodução da força de trabalho, vimos, é o próprio determinante das condições urbanas, local de reprodução da força de

---

<sup>28</sup> A idéia e o nome *social-democracia* nasceu na Alemanha por volta de 1875 (Kautsky), foi ferozmente combatido por Lenin, provou ser precoce na véspera da 1ª Guerra Mundial, fracassou como forma política na frágil República de Weimar que entrou em colapso em consequência das condições impostas à Alemanha pelos vencedores (como previra Keynes) e veio finalmente a se generalizar após a II Guerra Mundial.

trabalho. Assim, elevar o nível de reprodução da força de trabalho significa melhorar as condições urbanas através da implantação de infraestruturas e serviços urbanos. Tais infraestruturas e serviços, a cargo do Estado, precisam ser planejados de acordo com as necessidades do desenvolvimento e surge assim uma nova atividade: o *planejamento urbano* que tem a finalidade de assegurar um padrão de urbanização compatível com estágio de desenvolvimento da sociedade. O estágio intensivo engendra assim a gênese do planejamento urbano. É de se observar que o mero advento e ampliação do planejamento –e não apenas o urbano– também restringe ‘liberdade’. ‘A tão alardeada liberdade chegou ao fim de seu curso e deve anunciar sua própria óbvia e escandalosa bancarrota’ inserira Engels no *Capital III* (p.767), em 1895.

Historicamente, a exaustão do estágio extensivo e o conseqüente advento do estágio intensivo ocorreram em momentos diversos nas diversas nações-Estado. Para citar alguns exemplos: em torno de 1820 mas prolongado até 1860 mediante a colonização, na Inglaterra, 1870-80 na Alemanha, 1929 nos EEUU e meados da década de 1970 no Brasil.<sup>29</sup> Assim, tanto o início quanto o desenrolar dos estagios intensivos são específicos às suas sociedades concretas, mas todos são caracterizados por dois processos fundamentais: o aumento da produtividade do trabalho e a tremenda expansão da intervenção do Estado na economia, como ilustra a figura ao lado.



*Gastos governamentais em países selecionados (1880-1985) Um século de ampliação do âmbito do Estado --* O estágio intensivo do capitalismo é caracterizado pelo fortalecimento da contra-tendência à generalização da forma-mercadoria, na forma da expansão da produção direta de valores de uso pelo Estado.

do estágio intensivo e à crise do capitalismo. O progresso técnico, com a produção em série e depois automação, gera superprodução, uma capacidade de produção maior do que pode ser vendido; a expansão do Estado restringe sempre mais o âmbito das mercadorias. Tal tendência já foi assinalada acima ao se falar da dialética da forma-mercadoria: o capitalismo contemporâneo apenas presencia a concretização do desenvolvimento final do antagonismo à base do desenvolvimento capitalista.

<sup>29</sup>

Com a ressalva que aqui não foi seguido pelo estágio intensivo, que seria incompatível com a acumulação entravada (cf. Capítulo 7 subsequente).

*Social democracia* Com o fim do estágio extensivo a ampliação da produção de mercadorias fica restrita, como vimos, ao aumento da produtividade do trabalho, e com isso era necessário elevar o nível de reprodução da força dos trabalhadores, manifesto em elevação de salários e mais contundente, na provisão de condições de educação, saúde, aposentadoria, legislação referente às condições de trabalho e redução da jornada – provisões essas que mereceram ao Estado o epíteto Estado de Bem-Estar (*Welfare State*). Nessas novas condições a questão da organização da sociedade veio à tona com força e reviveram as utopias –idéias sobre uma organização social diferente da capitalista, igualitária, comunitária, com o interesse coletivo claramente colocada em precedência dos interesses individuais, geralmente designada de socialista.

Foi nessas condições que surgiu uma forma ideológica mais sofisticada que o liberalismo, o ideário da *social-democracia*. Pela segunda metade do século XIX e Inglaterra estava entrando no estágio intensivo e a Alemanha cujo desenvolvimento capitalista havia começado apenas após as Guerras Napoleônicas, aboliu a servidão somente em 1848, comprimiu o estágio extensivo a uma geração e pelos anos 1870 estava também chegando no estágio intensivo. Sobre a base material fornecida pelo Estado de Bem-Estar, Kautsky formalizou o ideário da social-democracia (chegou a fundar um partido político de mesmo nome<sup>30</sup>) que veio a ser a ideologia do estágio intensivo. Na tese de Kautsky, as provisões do Estado de Bem-Estar chegam a constituir uma 'certa medida de socialismo', ou por outra, determinados passos em direção ao socialismo.<sup>31</sup> Com isso, neutralizava o concorrente visto como o mais perigoso da ordem burguesa, o ideário do socialismo ou comunismo. O vigor da socialdemocracia alcançou seu auge durante o 'boom' da reconstrução pós-guerra que chegou a gerar os 'milagres econômicos' alemão e japonês para se esgotar na década de 1960 e desembocar, a partir de 1970, na crise do estágio intensivo.

---

<sup>30</sup> A *Sozialdemokratische Partei Deutschlands, SPD*, (1875) – Partido Socialdemocrata da Alemanha.

<sup>31</sup> Escrevera eu em 2001 a esse respeito: 'Socialdemocracia é uma das proposições mais controversas de prática social no capitalismo, e já vem sendo debatido há mais de um século, desde os confrontos de Kautsky com Luxemburg e Lênin. Em última análise, a questão se resumia assim: pode haver socialismo, ou alguma medida de socialismo, no capitalismo? No plano teórico dificilmente poderia haver uma resposta afirmativa a essa questão, mas a elevação espetacular dos níveis de subsistência nos centros do capitalismo mundial fizeram muita gente achar que a discussão teórica era irrelevante e acadêmica – o que importava era que muitos viviam melhor que antes, e isto podia ser visto como *alguma* medida de socialismo' (Deák, 2001).

### Crise contemporânea e neoliberalismo

O processo de reconstrução do pós-guerra assegurou à economia mundial duas décadas de crescimento acelerado, mas acabou sendo o último fôlego da acumulação capitalista, e que ao fim, marcou o esgotamento do estágio intensivo.

À semelhança do estágio extensivo, o estágio intensivo se satura, desta vez devido ao desenvolvimento das técnicas de produção (e crescente automação), com que mais mercadoria pode ser produzido do que o quanto pode ser consumido, dando lugar a uma crise de superprodução. Na tentativa de dar continuidade à produção de mercadorias, taxas de lucro menores ficam aceitas –que tem sido visto como a tendência à queda da taxa de lucro. Na verdade as duas tendências –superprodução e queda da taxa de lucro – são manifestações de uma mesma tendência, em que se originam, e essa é o estreitamento do âmbito de produção de mercadorias, de acordo com o desenvolvimento da dialética da forma-mercadoria, agudizando o antagonismo mercado–Estado, como a partir da exaustão do 'boom' da reconstrução pós-guerra, nos meados da década de 1960. Esse é o estágio contemporâneo, ou *capitalismo tardio* (Mandel), mais propriamente a *crise do capitalismo* do que estágio de desenvolvimento. É de se observar que o que entra em crise não é a produção social enquanto tal – pelo contrário, essa caminha alimentada pelo progresso técnico– senão sua regulação pelo mercado, antecipando a superação do capitalismo por alguma forma de sociedade planejada.

Já mencionamos a principal característica do estágio intensivo, a saber, a formidável expansão do Estado como proporção da produção social como um todo. Diante da necessidade de sustentar o funcionamento do mercado, o Estado tanto fez que acabou sufocando aquilo que se propunha sustentar.

#### *A reação neoliberal*

Sobre a reação à crise, em uma época em que a mesma estava ainda se esboçando, e em seus primeiros desenvolvimentos –1984–, eu havia escrito:

Após alguns anos de diagnóstico e de tateações (Crozier *et alii*, 1975), o neoliberalismo toma forma no final da década de 1970 como 'Reaganismo' e 'Thatcherismo', e consiste essencialmente em uma tentativa de recompor a primazia, e recuperar o âmbito, da produção de mercadorias. Renegando as formas social-democratas que acompanham o estágio intensivo, nega a crise estrutural e histórica do capitalismo e se volta às origens desse, do tempo do liberalismo -- daí o nome de neo-liberalismo.

As políticas neoliberais perseguidas ao final dos anos 70 e no começo dos 80 por parte dos governos nacionais dos países centrais constituem precisamente uma tentativa (crescentemente desesperada) de 'remercadorização' de suas economias.

O Estado capitalista tem que tentar isso, uma vez que assegurar as condições da produção de mercadorias é sua própria razão de ser, mesmo se, assim fazendo, lhe escapa inteiramente o fato de que a *negação da negação* da forma-mercadoria não pode restabelecer essa última: *privatização* não é o mesmo que *mercadorização*.

Deák (1985):227fn

A abordagem teórica, como vimos, já revela que a negação da negação não poderia restaurar a tendência original – aqui, a generalização da forma-mercadoria. No plano empírico, Ball *et alii* se propuseram a levantar o efeito líquido de uma década de Thatcherismo na Inglaterra. Este começou com a privatização da British Telecom por uma inédita soma de £4 bilhões (ainda uma ninharia para o valor dos ativos e da receita) e prosseguiria pela privatização de outras empresas estatais. Pois bem, o levantamento de *The transformation of Britain* mostrou não só que não houve diminuição da participação do Estado na economia, senão que ela chegou a se *expandir* durante o período considerado. Frente a esta constatação os autores se colocaram uma segunda indagação: no que resultou então a política de desestatização dos três governos Thatcher? – e a resposta encontrada foi que o resultado líquido de uma década de privatizações – e seus complementos da política que mais tarde viria a ser chamada de neoliberal – era concentração de renda e concentração de capitais.

A receita para suplantar a corrente crise consiste na aplicação de medidas concentradoras de capital e de renda, de desmonte do Estado de bem-estar, e retorno às formulações liberais do séc. XVII – uma tentativa de reverter a contra-tendência à generalização da forma-mercadoria através de 'desregulamentação'. Em última instância, o neoliberalismo consiste numa tentativa de desmonte do Estado de Bem-estar, de desqualificação do Estado como depositário do interesse coletivo e o enfraquecimento da própria idéia de interesse coletivo a favor da exacerbação do individualismo.

### *Privatização*

Por ser um dos elementos centrais das políticas neoliberais, vale lembrar no que consistem exatamente e como funcionam concretamente as privatizações. São operações de venda de porções de infraestrutura após desvalorização prévia, acompanhada de subsídios diretos e/ou indiretos para seu funcionamento posterior, frequentemente com desfrute de monopólio e perda de universalidade do acesso ao serviço prestado. Ora, infraestrutura subsidiada, com monopólio assegurado ou com lucro

garantido não é mercadoria uma vez que para sua provisão é necessária a intervenção direta do Estado, constituindo uma falsa mercadorização. Um caso interessante ocorreu com a British Rail que havia sido privatizada em 1993 e sofreu desde então severa falta de investimentos com queda aguda de nível de serviço. Um grave desastre em 2000 provocou insistentes manifestações políticas a favor de sua renacionalização, o que por sua vez, acabou salvando o Metrô de Londres, a *London Underground* da iminente privatização.<sup>32</sup>

### *Os limites da capacidade do planeta*

Ao escrever sobre a crise do capitalismo em 2014 não se pode deixar de assinalar um fato novo, ou melhor dizendo, um fato de reconhecimento novo, um desenvolvimento paralelo que ainda que previsível, foi ignorado<sup>33</sup> até o século XX mas que no início de XXI manifesta-se já de forma aguda. Trata-se da limitação, da dimensão finita dos recursos 'naturais' do planeta Terra. A crise do capitalismo desemboca assim, na verdade, em uma crise de amplitude maior ainda: tornou-se 'insustentável' também a manutenção do simples crescimento do consumo (e evidentemente, da produção) pela exaustão dos recursos naturais, o que coloca em xeque já não somente o capitalismo, senão a própria reprodução ampliada.<sup>34</sup>

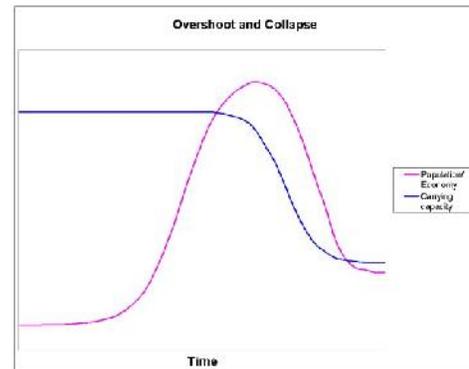


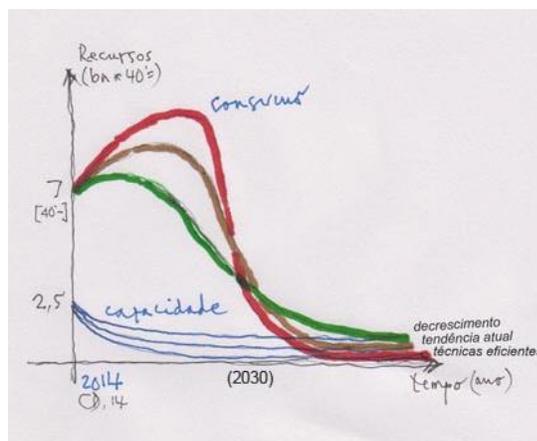
Gráfico de *Os limites do crescimento* encomendado pelo Clube de Roma, ilustrando a evolução da população (vermelho) de uma cultura vivendo de recursos limitados (azul).

<sup>32</sup> O jornal diário *The Independent* estampava em 2000: 'Rail privatisation was a catastrophe. Don't wreck our Tube system as well' (Privatização da British Rail foi um desastre. Não sucateiem nosso sistema de Metrô também', título de um artigo combativo do prestigioso Ken Livingstone, ex-prefeito da *Greater London Council*.

<sup>33</sup> Pensadores isolados já haviam antecipado nos meados do século XIX os limites do crescimento, mas foram taxados de reacionários, como Malthus, e as utopias avançadas sobre o futuro da sociedade humana, as sociedades planejadas daí decorrentes, vindo de cantos tão diversos como as de Fourier (1857, francês), Madách (1858, húngaro) ou Huxley (1938, inglês), descartadas como visionárias.

<sup>34</sup> É de se lembrar que eventuais ganhos de produtividade ou eficiência que resultem em redução do consumo per cápita podem protelar, mas não remover os limites ao crescimento.

Ocorre que a transição a um novo estágio de desenvolvimento não se dá porque o novo ‘suplanta’ o velho, senão em consequência da exaustão do estágio prevalescente. Na exaustão do estágio extensivo, como saída, o processo de acumulação se ‘refugiou’ no aumento da produtividade (daí o enaltecimento do ‘progresso’: era a própria base de sustentação do capitalismo). Na exaustão do estágio intensivo no entanto, não há mais onde fugir e é daí a reação neoliberal para escamotear o fato que essa crise não tem perspectiva de solução dentro da organização da sociedade e da produção vigente. O discurso ideológico sempre foi a-histórico, já que se orientava para a apresentar a ‘ordem social’ como imutável, mas agora esse caráter fica exacerbado devido à agudez da crise e à iminência de seu desenrolar.



Efeitos de políticas alternativas de crescimento: imediata política de de-growth (verde), política de laissez-faire (do-nothing; 'standard run': marrom) e técnicas 'sustentáveis' (vermelho), com as respectivas capacidades de sustento da Terra (azul). Quanto mais se adia a política de diminuição da população e consumo, menor será a longo prazo a população sustentável.

No afã de tentar reproduzir o status quo, o neoliberalismo procura ignorar ou escamotear ambas as crises, do capitalismo e da reprodução ampliada. O arsenal da retórica neoliberal inclui o farto uso de neologismos que procuram destruir a perspectiva histórica dando novos nomes a velhos processos ou conferir respeito a pseudoconceitos. Surgem, assim, o *pós-moderno*, os *movimentos sociais urbanos*, a *exclusão social*, os *atores* (sociais), as *ong-s*, a *globalização*, o *planejamento estratégico...*, que procuram encobrir, ao invés de revelar, a natureza do capitalismo contemporâneo, vale dizer, da

crise do capitalismo.

A partir dos anos 90, à retórica neoliberal começaram a se acrescentar elementos derivados do reconhecimento dos limites do crescimento – capitalista ou não –, tentando não parecer restrições fatais à reprodução social nos moldes atuais – capitalismo é inconcebível sem crescimento porque perde seu instrumento regulador, o lucro, que deriva essencialmente do excedente. Assim, os limites do crescimento ficam obliquamente referidos como *sustentabilidade*, da qual se deriva o *desenvolvimento sustentável*, ou alguma limitação da depredação dos recursos naturais se designa por *ecologia* ou *consciência ambiental*, tudo para tentar escamotear a necessidade, ou adiar até onde possível o

reconhecimento da necessidade, de recolocar a reprodução social sobre novas bases, *sem* crescimento e portanto sem excedente.<sup>35</sup>

É desnecessário dizer que o abandono do crescimento como princípio de organização da sociedade implica uma transformação social tão profunda que fará parecer a transição do feudalismo para o capitalismo e as revoluções burguesas que a acompanharam, menores ajustes operacionais. Em toda probabilidade, gerará uma ordem social planetária e planejada, que irônicamente, terá sido gestada sob a égide da anarquia do mercado.

\*\*\*

---

<sup>35</sup> Os próprios autores de *The limits of growth* recuam ante a explicitação das últimas consequências de sua própria tese: a saber, da necessidade de reduzir a população e consumo mundiais, porque os limites do crescimento *já foram* ultrapassados. Um dos poucos a explicitar a necessidade do *decrescimento*, cunhando inclusive esse termo, é Latouche (2006) – e mesmo ele tira o gume da idéia ao conceder o epíteto 'sereno' ao decrescimento admitindo a possibilidade de um decrescimento sem problemas e sem conflitos. Assim outro autor, Lovelock talvez seja praticamente o único de certa divulgação que toma partido incondicional pela tese apoiada em sua teoria de Gaia (grego para Terra) de que a capacidade de suporte do planeta *já foi* ultrapassada. Em uma expressão cáustica referente às tergiversações ambientalistas, escreve: ambientalismo tornou-se uma religião (ideologia, diríamos nós) e não presta atenção suficiente aos fatos.

